

"LE DEUXIÈME SEXE"

— 50 ANOS DE UM ENSAIO CAPITAL DA NOSSA CONTEMPO- RANEIDADE

Helena Neves

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Departamento
de Ciências Sociais e Humanas

"A libertação da mulher começa no ventre"

Simone Beauvoir

Em 1999 passa meio século sobre a publicação de *Le Deuxième Sexe* de Simone Beauvoir, obra fundamental no pensamento contemporâneo. Com este ensaio, a questão da mulher insere-se na reflexão crítica sociológica da qual precede a segunda vaga do movimento feminista, denominado frequentemente por neo-feminismo.

Uma conferência internacional, realizada em Paris, a 21, 22 e 23 de Janeiro, retomou através do debate sobre a obra e a autora, uma reflexão em desenvolvimento, particularmente na sociologia francesa e anglosaxónica.

No nosso país, embora existam alguns grupos de estudo, a problemática sobre o género permanece quase excluída do campo académico. O cinquentenário do ensaio de Simone Beauvoir não poderia abrir perspectivas de ultrapassagem desta carência cultural?

Nesse sentido, (com essa expectativa) inserimos aqui algumas considerações sobre uma das vertentes de elaboração desse "outro" que tem sido (será ainda?) a mulher. A da sexualidade, ou "le ventre", como designava ironicamente Simone Beauvoir.

Antes, muito antes de o movimento feminista, no cruzar dos anos 60 e 70, lançar o grito impudico, selvagem, «o direito ao corpo», já exaustivamente se falava, escrevia e descrevia a sexualidade feminina. Ou devo dizer transcrevia?

Antes, muito antes, onde a memória histórica reencontra o mito e as razões primeiras, até à actualidade, a era das novas tecnologias invadindo o domínio da produção e da reprodução, desde sempre, em todos os tempos, todos disseram e redisseram a sexualidade feminina. Historiadores, poetas, filósofos, médicos, psicólogos, escritores, psicanalistas, realizadores de cinema, homens do desporto, soldados, marinheiros e generais, políticos, mangas de alpaca, religiosos, operários, trabalhadores rurais, vendedores, bancários, empregados de balcão, publicitários... Enfim, todos! Em tom erudito, popular, populista, marginal, terra à terra ou em gíria, a sexualidade feminina foi analisada da direita, da esquerda e do avesso, constituindo a mais fecunda e inesgotável fonte de todas as inspirações – e de muitas opressões e perseguições várias. Histórica, cultural, ideologicamente todo o discurso (que se pretende) sobre a sexualidade feminina é um discurso masculino.

«O homem reduziu a mulher a ser nada. Um nada não fala. É, pois, o homem que fala sobre a mulher, pela mulher», diz-nos Claude Alzon¹.

Não é pois, com o silêncio que se debateram, se debatem as mulheres, o movimento feminista, ao chamar a si a dimensão de uma sexualidade liberta, subvertendo a fronteira entre o privado e o público, entre o privado e político, afirmando a continuidade das cadeias sobre o corpo social e o corpo individual. Antes fosse. Porque pior que o silêncio é o

¹ ALZON, Claude, *Femme Mythifiée, Femme Mystifiée*, Paris, PUF, 1978.

amplo, complexo discurso que distorce, altera o real. O silêncio oculta, vela, mas este discurso profícuo, múltiplo, dilui os contornos das coisas, dos seres, dos acontecimentos e dos sentimentos, torna por dado o que é apenas imaginado, mascara de tal modo a pele, a sensação, o corpo que torna irreconhecível a vida, desconhecida a identidade.

Falando sobre a mulher e pela mulher, os homens perderam-na no discurso que criaram. «E como não se pode falar de nada, falando da mulher, o homem fala sempre dele» diz ainda Claude Alzon². Falará? Interrogo e duvido. Mas da mulher nada – ou quase nada – nos disse. Só que ouvindo-o, rodeadas, cercadas das múltiplas expressões e manifestações do discurso dominante – masculino – sobre a sexualidade, as mulheres foram levadas a crer, a convencerem-se de que eram assim e não de outro modo. Porém, auscultando as suas dúvidas, a sua sensibilidade, a sua sensualidade, confrontadas com a presença ou a ausência do seu prazer – ainda quase sempre a ausência: cerca de 60% das mulheres portuguesas não conhecem o orgasmo!... – as mulheres não se reconheceram. Da contradição entre o (que lhe era) dito e o sentido (por elas) nasceriam muitas culpabilizações, perplexidades. Mas também muitas revoltas. O movimento feminista é uma delas.

A “Maldição” do Corpo

As mulheres tinham perdido a palavra. Esta foi uma das suas derrotas, consequência como tantas outras dessa primeira – raiz – de que fala Engels e que as feministas mais destacadas dos anos 70 retomaram na busca teórica das primeiras e «originárias» discriminações, a «derrota histórica» que significou a perda de todos os poderes, desde o fundamental poder que é o do corpo, a realidade mais imediata que todas as outras. «O que o ser tem de mais concreto: o seu corpo», como diz Yannick Resh, perderam-no as mulheres. O corpo transformado em território genital, reduzido ao útero e à sua função: *tota mulier in utero*, ditavam os romanos, e, retomando-os, o adágio medieval reforçava *propter solum ovarium est quod est*.

O corpo das mulheres foi explorado não só como corpo produtor, mas também dominado enquanto corpo reprodutor. Reprodutor dos filhos dos homens. Dos ditos legítimos, os herdeiros que tomariam o nome e os bens da família. E dos outros, os nascidos fora da lei, os paridos do corpo da outra mulher. Historicamente o corpo das mulheres é um corpo tomado, violado, comprado, corpo tornado mercadoria sexual, corpo possuído, e sem nenhuma posse a si consentida. nem a do fruto do seu ventre. Os deuses o dizem: «Não é a mãe quem gera aquele que se diz seu filho, ela é só a ama do germen em si depositado; quem o gera é quem o deposita, o pai. A mulher, como uma estranha, salvaguarda o pequeno rebento». Isto diz Apolo às Euménides, em defesa de Orestes, o matricida.

E todos os homens o crêem. E Sade o retomará na sua teoria sexual da partenogénese masculina...

Corpo passivo, imóvel, onde são interditas toda a acção e toda a transformação – acreditava-se que o sêmen do homem continha já a criança toda formada, sendo o ventre materno apenas o lugar do seu desenvolvimento.

Corpo ocupado o das mulheres, ocupado pelos senhores e pelos servos, que uns não existem sem os outros. Corpo de todos os trabalhos, desde o trabalho de parto, parindo poucos senhores – que o poder repartido é menos poder – e muitos, muitos servos da gleba ou, mais tarde, das fábricas. Corpo tornado propriedade, domínio onde se joga a propriedade, este corpo reprodutor de herdeiros e de deserdados. E onde se perpetuam todas as justificações de tais perdas e danos. Todas as legitimações também. Porque através do corpo materno, da língua materna, da fala da mulher reduzida à reprodução de outra fala, passava – passa – o dogma, a mistificação da causa, a crença, a ideologia enfim. Essa ideologia de classe, mas também e sempre patriarcal, ditava a lei e justificava-a como obediência à Natureza. «O destino da mulher é a maternidade e nenhum outro». Em nome de tal destino, a mulher foi afastada da polis, da filosofia, da ciência, da literatura, da arte, do reino da terra e dos céus, ao mesmo tempo que se torna um tema dominante da política, da filosofia, da ciência, da literatura, da arte. Anulada como sujeito, ela era o objecto preferencial, quase fascinante, misterioso, sobre o qual se debruçavam todos os elementos particulares do sujeito universal – o Homem...

Afirmando o seu domínio sobre o corpo da mulher, nem por isso os homens dominaram as estações do corpo feminino, esse estranho fluxo, irmão das fases da Lua e das marés, nem por isso dominaram o poder de da vida fazer brotar vida, o poder de gerar e parir, por mais rituais que inventassem, alguns de simbólicas feridas, outros em simulacro do próprio parto, como é o caso do Couvade.

Afirmando o seu domínio sobre o corpo das mulheres, ocupando-o com os seus filhos, os homens descobriram, aterrados, que nem por isso podiam impedir outras ocupações motivadas somente pelo desejo das mulheres. E então, mesmo antes dos cintos de castidade e depois deles, mesmo apesar das mutilações sexuais, prática secular dos países de religião islâmica mas também prática aristocrática e burguesa dos séculos XIX e XX nas cristianíssimas Europa e América do Norte, os homens negaram a sexualidade feminina. Disseram: não existe! E se esta se manifesta, apesar da fala que faz a lei, então é desvio, perversão, transvio. É possessão e pacto diabólicos, como acontecerá com as bruxas, sejam-no elas pela audácia de afirmarem o seu desejo ou por ousarem saber e agir, desviando, através das curas, o curso das doenças, interrompendo, pela sabedoria de funestos segredos *contra a natureza*, a fatalidade do elo entre relação sexual e gravidez.

A sexualidade feminina não existe!, afirmaram os homens no poder e repetiram-no os homens fora do poder. E como contra natura a sexualidade feminina se manifestasse e para a sua condenação não bastassem

² *Ibidem*.

a tortura e as penas contra as alegadas alianças e unidades entre as mulheres e o Demónio, impôs-se a necessidade de recorrer a um outro discurso iluminado pela ciência e a filosofia – a Razão...

«Quando digo mulher, digo um sexo tão frágil, tão variável, tão mutante, tão inconstante e imperfeito que me parece que a Natureza (referindo-a com toda a honra e reverência), quando fez a mulher, se desviou do bom senso pelo qual criou e formou todas as coisas (...) Platão, com razão, não sabe de que lado há-se classificá-las, se entre os animais racionais ou entre as bestas brutas. Porque a natureza lhes pôs dentro do corpo em lugar secreto e interior, um animal, um membro que não existe no homem, pelo qual são segregados certos humores salgados, nitrosos, acres, corrosivos, lancinantes, irritáveis dolorosamente e provocando frêmitos dolorosos, e todo o corpo é por eles agitado, todos os sentidos sacudidos, todas as afecções interiorizadas, todos os pensamentos confundidos...»

...O discurso das Luzes:

«A mulher tem dentro de si um órgão susceptível de espasmos teríveis que dispõe dela e suscitam na sua imaginação fantasmas de toda a espécie. É no delírio histérico que ela volta ao passado, avança pelo futuro, que todos os tempos lhe estão presentes. É do órgão característico do seu sexo que partem todas as suas ideias extraordinárias...» escreve Diderot, o enciclopedista, revolucionário em *Sur les Femmes* (Sobre as mulheres).

É inevitável, igualmente, o aval do discurso médico:

«Furor uterino. Damos este nome a um delírio melancólico, furioso, lascivo e sem febre pelo qual as raparigas, as viúvas e mesmo as mulheres casadas são por vezes atingidas, em consequência de uma paixão excessiva por um objecto amado...» esclarece G. Buchon no *Traité de Médecine Domestique* (Tratado de Medicina Doméstica).

Que fatalidade este órgão, este animal, este membro que não existe no homem! É este excesso que torna a mulher o ser deficiente – já S. Tomás, herdeiro do biologismo aristotélico, a definira como «ser ocasional e accidental» –, o ser instintivo, natural e eternamente selvagem de que nos fala Diderot. Precisamente por este excesso a mulher é o que é: um ser essencialmente doente, cuja vida se resume a um fluxo de estações de enfermidades. A puberdade apresenta-se como uma crise que a transforma. As menstruações como um «incómodo» que as faz ainda mais indefesas – «o fluxo menstrual agrava qualquer moléstia uterina»³ e abre rasto a outras doenças, nomeadamente à tuberculose, moléstia tão romanticamente feminina... A gravidez constitui uma verdadeira doença cujo desfecho não raramente é a morte. A menopausa, enfim, considerava-se como a enfermidade incurável, «a morte da mulher dentro da mulher». Mas a maldição do útero que gera fatalmente a doença de ser

mulher e a condena à imobilidade (evidentemente só confirmada nas camadas aristocratas e burguesas) assume ainda outras manifestações assustadoras. «Histéricas», as mulheres agitam-se, por mais que os homens tentem aquietá-las a bem e a mal. «Histéricas», as mulheres reivindicam o acesso à educação, por mais que os cientistas afiancem que tal atrofiaria a matriz e destruiria a capacidade reprodutora. Reivindicam o direito ao voto, por mais alertas que lancem políticos e legisladores, como este jurista de Massachussets: «Dai voto às mulheres e tereis de construir manicómios em cada distrito e criar um tribunal de divórcios em cada cidade. As mulheres são demasiado nervosas e histéricas para lhes permitirmos o acesso à política».

«Histéricas», as mulheres persistem. E reivindicam mesmo a independência económica, o direito ao trabalho. O alarme percorre até o movimento operário. Depois do Congresso da I Internacional em Lausanne, em 1867, no qual os delegados reclamam a interdição do trabalho profissional para a mulher em defesa da sua virtude e pureza, e porque a mulher é uma «machine à faire des enfants plutôt que machine industrielle»⁴, o Congresso de Marselha denuncia veementemente as máquinas de costura, esse perigosamente erótico instrumento que pelo seu movimento contínuo excita o delírio histérico⁵ e que, segundo uma memória da Academia de Medicina em 1867, provoca «uma excitação genital de tal modo viva que impõe às operárias a necessidade de cessar momentaneamente todo o trabalho... e de recorrer a loções de água fria». Mais funesto ainda: histéricas, as mulheres têm impulsos eróticos. Isto quando segundo a ciência, a lei, a ordem, a Natureza, a sexualidade feminina não existe, as mulheres carecem de impulsos sexuais e a feminilidade se esgota no impulso, instinto e função maternais. Aliás, o que é a mulher?

O *Larousse Universel* consagra em 1870: «Femme: femelle de l'homme, être organisé pour concevoir et mettre au monde des enfants»: (Mulher: fêmea do homem; ser organizado para conceber e dar à luz crianças). E no entanto, histéricas, as mulheres manifestam não somente o prazer – porque este, os homens podem consentir quando são eles a provocá-lo – mas também algo de tremendo, subversivo: o desejo, a paixão feminina. Perante tal, os homens sentem espanto, perplexidade, susto. As grandes amorosas da literatura masculina, Fedra, Emma Bovary, Ana Karenina, manifestam o medo de Racine, Flaubert e Tolstoi, o medo perante este excesso revelado que é a paixão das mulheres, a estranheza perante o estranho tal como o define Shelling: «Uma coisa que deveria permanecer escondida mas que aparece apesar de tudo».

Face a este excesso, ameaçando a estabilidade social, quando a evidência prova que todos os males e perigos vêm do útero ou dos elementos nele implantados, porque não os eliminar em parte ou no todo?

Os homens não hesitam. Em 1850, nos EUA, é realizada, pelo doutor Walter Burnham, a primeira histerectomia – ablação cirúrgica do útero.

³ TAYLOR, W. C.: *A Physician's Counsels to Women in Health and Disease*. Citado por Ehrenreich, B. e English Deirdre (1973), *Witches, Midwives and Nurses. Complaints and Disorders* em edição espanhola (1984) *Brujas, Comadronas y Enfermeras, historia de las sanadoras. Dolencias y trastornos – political sexual de la enfermedad*, Lasal, Ediciones de les Dones, Barcelona, 1971.

⁴ *La I^{re} Internationale*. Recolha de documentos publicados sob a direcção de Freymond, Jacques, Génève, Droz, 1962.

⁵ *Ibidem*.

Em 1860, realiza-se a primeira ablação dos ovários. Com este golpe, esta mutilação, os homens no poder crêem ter assegurado o seu poder sobre as mulheres. Encontrara-se o remédio preconizado pela ciência masculina contra os males femininos – as fugas do corpo da mulher, os rasgos incontrolláveis do território controlado. Contra nervosismo, depressão, perturbações menstruais, histeria, doenças uterinas e doenças não uterinas, sucedem-se milhares de intervenções mutiladoras. «Entre os males para os quais se recomendava a intervenção incluía-se um carácter difícil, um excessivo apego à comida, a masturbação, a tendência para o suicídio, as inclinações eróticas, a mania da perseguição, a simples maldade e a dismenorreia. Entre a enorme variedade de sintomas para os quais os médicos recomendavam a castração destacava-se «a manifestação de fortes apetites sexuais por parte da mulher», como escreve Ben Barker-Benfield no seu artigo *The Spermatic Economy*, analisando a chamada «ovariotomia normal» ou «extirpação dos ovários» como tratamento contra doenças não ovárias, prática iniciada pelo doutor Robert Battey, da Geórgia, em 1872. Muitos médicos vangloriavam-se de ter extirpado entre mil a dois mil ovários e «exibiam-nos sobre bandejas, como trofeus, nas reuniões de associações de médicos»⁶ e afirmavam que as castradas ficam «dóceis, tratáveis» e submissas ao marido! «Porque castramos nós os potros e os vitelos?... para os tornar dóceis e pacientes, para os transformar em servidores fiéis e agradáveis» declara o doutor David Gilliam em 1896, explicando filosoficamente a vantagem da eliminação do útero... Mais civilizadamente, Freud, com a sua invenção, a psicanálise, nas suas origens, não faz senão retomar a condenação da sexualidade feminina. Freud, afirmando e reafirmando o monismo sexual fálico, servindo-se dos dados da biologia em socorro da sua tese, alimentou, malgrado as dúvidas expressas nos seus últimos anos, uma corrente fértil de mistificação da sexualidade da mulher. Contra as hesitações finais do mestre, reproduz-se a afirmação peremptória dos seus discípulos, nomeadamente de Helene Deutsch, para a qual inequivocamente o orgasmo é masculino, domínio fisiológica e psicologicamente interdito à feminilidade: o orgasmo vaginal intenso é a negação da feminilidade, experiência restrita às mulheres agressivas, masculinas, às que exercem a sua inteligência, porque as verdadeiras mulheres, essas, são maternais, oblativas, sem orgasmo, perfeitamente felizes na sua passividade, no seu masoquismo. Para Helene Deutsch a génese da feminilidade é exactamente a disposição passivo-masoquista na mulher considerada como uma sublimação de si e profundamente ligada à preservação da raça. Para a mulher verdadeiramente feminina, a realização e a felicidade consistem exclusivamente no parto (orgia de prazer masoquista) e no seu corolário, a maternidade: «As mulheres nunca teriam suportado, através da História, ter sido marginalizadas das instituições, de uma parte das possibilidades de sublimação e de outra das satisfações sexuais se não tivessem encontrado na função da reprodução a gratificação magnífica destas duas exigências»⁷.

A questão, porém, é que as mulheres realmente não suportaram o ter sido marginalizadas. Paralelo ao discurso dominante, subsistiu sempre um outro discurso, apenas murmurado, sufocado, feminino. E explode e é explosivo quando as mulheres erguem a voz, tomam a palavra colectivamente. Com o seu movimento.

Feminismo

A primeira vaga do movimento feminista, no séc. XIX e início do séc. XX, não inclui no seu quadro reivindicativo a sexualidade. Nem por isso a questão deixa de estar no próprio núcleo do feminismo, latente na sua ligação ao movimento sanitário tão pronunciado nos EUA, na adesão ou no repúdio de feminista relativamente ao neomalthusianismo e a outras teorias sobre a contracepção. A questão da sexualidade encontra-se sempre no combate pela igualdade – basta repararmos nos argumentos utilizados pela resistência masculina... mesmo quando se oculta, mesmo quando se dogmatiza o angelismo da mulher. Assim, pela afirmação ou pela recusa, mas jamais ignorada, a questão da sexualidade, se não aparece explicitamente nas linhas programáticas da primeira vaga do movimento feminista, atravessa-a e contribui para a definição das suas diversas correntes. Surge no pensamento das feministas socialistas utópicas que ousam reivindicar o amor livre, a união livre, mas também entre as feministas que se comprometem a cumprir desveladamente «os sagrados deveres da família» e ainda em mulheres cuja adesão ao movimento feminista não é clara. Como George Sand, que denuncia asperamente as prisões de ordem sexual sofridas pelo seu sexo, a degradação do casamento «por contrato», do casamento burguês, a infelicidade de Indiana, Valentina ou Jeanne, a infelicidade de todas as mulheres porque desiguais no direito ao amor. Não podia deixar de surgir, porque é no século XIX que a questão da sexualidade se coloca de um outro modo, assumida já não individualmente mas como parte essencial do questionamento social, agitada pelos que contestam os fundamentos económicos desta «sociedade de fábricas» de concorrência, pelos que lutam pelo ideal de uma nova vida, uma nova sociedade, um mundo novo; gente que pertence a um leque politicamente muito vasto, onde cabem liberais, anarquistas radicais, socialistas utópicos e outros menos utópicos. Num quadro onde se procura dar forma à esperança.

No ideal de um novo mundo enquadra-se necessariamente o ideal de uma nova sexualidade. E é com o socialismo utópico, nomeadamente com Fourier, que esta perspectiva ganha a sua dimensão mais revolucionária e que a questão da mulher é posta como específica e significativa – a mais significativa – do estado geral da sociedade:

«O grau de emancipação da mulher é a medida natural da emancipação em geral» escreve ele em 1808, na sua *Théorie des Quatre Mouvements* (Teoria dos Quatro Movimentos)⁸, obra na qual explicita a relação entre a opressão económica e a opressão sexual da mulher. Existe

⁶ BARKER-BENFIELD, B. *The Spermatic economy* – A Nineteenth Century View of Sexuality in Feminist Studies, 1, 1972.

⁷ DEUTSCH, Helen, *The Psychology of Women*, New York, 1946.

uma questão social feminina, e, inserindo-se nela, a questão sexual, a sexualidade alienada, a sexualidade amordaçada das mulheres. De onde a teoria de Fourier envolve uma crítica impiedosa ao casamento burguês, o desafio à moral burguesa, a defesa da independência da mulher, da união e amor livres, a utopia de uma sociedade feliz.

Os primeiros socialistas franceses, os radicais e cooperativistas na Grã-Bretanha e nos EUA serão profundamente influenciados pelo pensamento de Fourier. Entre eles, naturalmente, algumas mulheres feministas procuram integrar a causa da mulher num combate social mais vasto e reflectem-no, confusa ou mais claramente, no seu discurso simultaneamente anti-sexista e anticapitalista.

«Falo-vos a partir do útero explorado e do fogão sem comida das mulheres», clama Flora Tristan, feminista revolucionária, que primeiro que qualquer outro revolucionário advogou a «União Operária», título mesmo da obra escrita em 1843, *Union Ouvrière*, e autora também desse tocante livro inacabado *l'Émancipation de la Femme ou le Testament de la Paria* (A Emancipação da Mulher ou o Testamento da Pária).

«Queremos o casamento segundo a igualdade. Se não, mais vale o celibato que a escravidão» lê-se na profícua imprensa das feministas utópicas francesas. Uma delas, Jeanne Désirée, dirá: «Toda a relação íntima que não tenha por base o amor é uma profanação» e Adèle Esquiros, em defesa da união livre, escreve em *l'Amour*: «Não se pode amar uma escrava tal como não se pode amar um senhor».

Liberdade de trabalho, liberdade política e liberdade de amor, sexualidade liberta de cadeias, de constrangimentos... Ao levantar esta problemática e inserindo-a no combate social, as feministas socialistas utópicas trazem, afinal, ao plano político o considerado íntimo, privado. Tal como o romântico Shelley, o primeiro a afirmar que o privado e o público constituem domínios inseparáveis («mesmo as relações sexuais estão submetidas ao despotismo das instituições oficiais»)⁹, estas mulheres trazem à questão feminina uma perspectiva de globalidade que anuncia o feminismo dos anos 70.

Os homens do poder não poderão deixar de encarniçar-se contra «estas fêmeas cínicas, mais ou menos russas, que começavam pelo ateísmo, continuavam pelo socialismo e acabavam no amor livre».

«Sim! o esforço da emancipação feminista ameaça terrivelmente a sociedade, porque visa a destruição da família, a dissolução do casamento, o triunfo do amor livre, a recusa de tudo o que faz o mérito e o encanto da mulher, rebaixa a dignidade e os direitos da mãe, conduz à destruição completa da antiga ordem das coisas na sociedade humana»¹⁰.

E os homens do contra-poder? Exceptuando uns poucos, lamentavelmente poucos, a sua noção da libertação da sexualidade da mulher não tem a ver com a reflexão feminina, feminista. «... O amor livre foi interpretado como breve encontro sem amor ou como o direito para o

homem de abandonar a mulher e a criança», conclui, amargamente, Madeleine Vernet, referindo-se aos companheiros libertários.

«O amor livre só será possível na sociedade socialista, na qual a escolha, o casamento constituirão algo totalmente pessoal»¹¹, escreve em 1885, Eleanor Marx, a que ousou – e pagou tal coragem – praticar a união livre com o socialista Aveling, com o qual publicou na Westminster Review o texto *The Woman Question, a socialist point of view* (O Problema Feminino numa Perspectiva Socialista). «Amor livre?! como se o amor pudesse não ser livre!» dirá Emma Goldman, anarquista, feminista, isolado do movimento pelo seu «extremismo». Emma Goldman foi presa por fazer conferências junto de mulheres trabalhadoras sobre o controlo de nascimentos e defendida pela então feminista socialista Margaret Sander, directora do jornal *The Woman Rebel* que tanto e tão combativamente pugnou pelo controlo da natalidade, embora mais tarde se inserisse numa posição claramente classista: «Todos os anos mais problemas são consequência da excessiva fecundidade da classe operária»¹², escreve em 1910.

Relacionado com a noção de amor livre, o combate pelo controlo dos nascimentos assume, historicamente, a sua primeira expressão colectiva no século XIX, na sequência da descoberta do ciclo da ovulação, em 1842, e da descoberta da contracepção.

E será apaixonante.

E será também um combate perseguido. Reprimida a imprensa, a informação, a divulgação das teorias anticoncepcionais. Presos e condenados os seus mentores. Como Annie Besant, detida em 1877 com Charles Bradlough por terem publicado a segunda edição de *Fruits of Philosophy*, um livro «sujo, obsceno», cujo objectivo «é o de permitir que as pessoas mantenham intercâmbios sexuais prescindindo daquilo que, na ordem da providência, é o resultado natural do intercâmbio sexual»¹³. E, enfim, um combate que provoca uma reacção violenta e feroz...

«A maternidade é a expressão essencial da vida na mulher e pela mulher. Num sentido próprio, constitui o significado e a única razão de ser da mulher (...) Quando a mulher se recusa à maternidade, quando a limita, quando a suprime, não merece mais os seus direitos, já não é nada (...) Voluntariamente estéril, ela cai nas fileiras da prostituída, da mulher de vida fácil, da qual os órgãos são apenas instrumentos, brinquedos obscenos, em vez de continuarem a constituir o molde augusto venerável de todos os séculos futuros»... «A maternidade é o campo de batalha da mulher, ela não pode desertar; desde que põe em funcionamento os seus órgãos, ela deve aceitar as consequências»¹⁴.

¹¹ MARX, Eleanor e AVELING, E., «The Woman Question», in *Westminster Review*, 1885. Red., in *Marxism Today*, vol. XVI, nº3, 1972.

¹² SANGER, Margaret, *Woman and the New Race*, Brentana's Publishing Co., Nova Iorque, 1920.

¹³ Citado em FYER, Peter, *The Birth Controllers*, Londres, 1965.

¹⁴ Dr. Félix de BACKER, *Chronique Médicale*, citando Dr. Doléri, membro da academia de Medicina, 1909.

⁸ FOURIER, C., *Théories des Quatre Mouvements*, Oeuvres Complètes, Paris, 1841-1845.

⁹ SHELLEY, P. B., «Notes on Queen Mab», in *Shelley's Poetical Works*, London, 1947.

¹⁰ HAYTE. *Éclair* – 18 Junho 1906.

Porque tal temor, tal terror face à contracepção? Simplesmente, porque a contracepção vem permitir a dissociação entre a experiência reprodutora e a experiência sexual. Torna-se possível a maternidade como um acto voluntário. Torna-se possível esse algo assustador, terrível, que é a mulher dona do seu próprio corpo, controlando os seus ciclos, libertando-se da «fatalidade biológica», podendo exercer o seu querer, o seu poder sobre si própria. É uma descoberta de imenso potencial para a vida concreta da mulher, para o próprio amor, para a sua relação com o outro. Mas para o poder, para a família patriarcal autoritária que o alicerça, a mulher dona do seu corpo é algo profundamente perigoso.

Como dirá Juliet Mitchell, a feminista dos anos 70: «A importância fundamental da contracepção é que ameaça dissociar a experiência sexual da experiência reprodutiva que toda a ideologia burguesa contemporânea tenta fazer inseparáveis como razão de ser da família»¹⁵. mas o perigo não passa somente por aqui. Ele vai mais fundo. Porque é no ventre da mulher, através dele, na sua função fecundante e reprodutora, que passa a perpetuação e reposição da força de trabalho. Porque é vital para o sistema controlar o corpo da mulher, vigiá-lo, reprimi-lo. Rosa Cutrufelli, outra pensadora neo-feminista, sintetiza esta necessidade política: «Controlar o corpo da mulher significa para o capital controlar o momento fundamental da produção da força de trabalho, significa assegurar-se da sua renovação e do fluxo desejado... Contraceptivos e abortos, ainda que não ponham em causa as exigências fundamentais do sistema, podem pôr em causa instituições e relações essenciais à manutenção do poder: donde a necessidade de uma tolerância repressiva»¹⁶. Mas será que o movimento feminista, no seu primeiro impulso e desenvolvimento, entende toda a revolucionária amplitude do combate pela contracepção?

O combate pela contracepção, independentemente das teorias e das práticas que o caracterizam, e do eco que encontraria na opinião pública, parte da realidade social vivida dolorosamente pelas mulheres, particularmente as da classe trabalhadora, e constituiu mesmo uma questão de saúde pública. Os meios generalizados de controlo de nascimentos eram então o casamento tardio, o coitus interruptus, e as artes perigosas de enganar a Natureza, funestos saberes sabidos por mulheres curandeiras que através de beberagens provocam «o nascimento prematuro do fruto que a mulher traz em si» (assim é definido o aborto no *Abregé du dictionnaire des cas de conscience*) e ainda a prática do infanticídio, quando os outros meios preventivos falhavam.

O aborto é condenado e algumas mulheres não escapam a julgamentos sumários e a longas penas. O processo das «faiseuses d'anges» «fazedoras de anjos», nome simbólico das abortadeiras de Paris, em 1890-91, é exemplar. Mas a imprensa nem por isso deixa de publicar em França e noutros países da Europa e nos EUA anúncios explícitos em que

sages-femmes (parteiras) oferecem os seus serviços – «Retards, Mesdames, si vous êtes inquiètes, écrivez...» – e prometem segredo – «discrétion absolue...».

Em Inglaterra, é no contexto da agitação na classe operária que surgem as primeiras informações sobre o controlo da natalidade, distribuídas a mulheres trabalhadoras, a par de outra «propaganda sediciosa e blasfema», e se divulga a esponja vaginal, o condom preservativo ou camisa de Vénus, *vêtement* ou *redingote* inglês ou Frenchletter. no nosso país, tal como em França, será também no contexto de certas correntes operárias, na propaganda libertária, que surge a batalha pela contracepção entre nós numa perspectiva esmagadoramente neomalthusiana. Combativo, procurando ligar teoria e prática – editam-se brochuras, anunciam-se produtos, indicam-se farmácias, chegam a praticar consultas –, o movimento neomalthusiano contém a exigência do prazer, o anseio da libertação da fatalidade «da miserável lei do ventre», a promessa da transformação da relação entre os sexos, o questionar da mentalidade e ideologia dominantes. Encontramos no nosso país mulheres libertárias como Deolinda Lopes Vieira e Lucinda Tavares, e encontramos nas feministas mais combativas da época – Maria Veleda, Adelaide Cabete, Ana de Castro Osório – a reflexão sobre o aborto, a prostituição e o casamento que surge na imprensa das organizações feministas – A Mulher e a Criança, a Madrugada, órgãos da Liga Republicana das Mulheres Portuguesa, A Mulher Portuguesa, da Associação Feminista, Alma Feminina, do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas. Mas o movimento feminista não se pronuncia sobre o controlo de nascimentos e muito menos sobre a libertação da sexualidade da mulher contida nas práticas anticoncepcionais. Assim será, em maior ou menor grau, nos diferentes países, nos diversos contextos do movimento feminista. Há feministas que advogam apaixonadamente a contracepção. Como Victoria Woodhull Chaffin (1838-1927) que publica durante sete anos um semanário sobre prostituição, contracepção, aborto, denunciando o casamento como uma forma de prostituição legalizada, na qual a mulher cede o controlo dos seus órgãos sexuais na troca de alojamento, alimentação, vestuário, e exigindo o direito da mulher ao amor e ao prazer. Mas o movimento feminista permanece marginal a este combate que, no entanto, o atravessa sempre. Incapaz no seu todo de relacionar a repressão do corpo produtor com a supressão do corpo reprodutor, envolvendo assim todo o corpo da mulher, a globalidade da opressão feminina, no seu discurso emancipador, a primeira vaga do feminismo expõe a ausência de uma consciência colectiva – ou pelo menos, do seu esboço – capaz de apreender o que de profundamente inovador e revolucionário se continha potencialmente na descoberta da contracepção.

O feminismo falha exactamente na medida em que permanece sob a esfera do poder, em que reproduz os interesses do poder cuidando que fala pela causa da mulher. Exactamente na medida em que o culto, o dogma da maternidade como destino da mulher não é desmistificado mas antes ainda mais assumido. Maternidade já não considerada como

¹⁵ MITCHELL, JULIET, *Women. The Longest Revolution*, Bay Area radical Education, Project.

¹⁶ CUTRUFELLI, ROSA, *A Invenção da Mulher*, A Regra do Jogo, 1980.

destino único, sem dúvida, mas ainda inelutável, sagrada, experiência, função. Uma feminista tão célebre como Hubertine Audert não deixará de sublinhar enfaticamente: «Não é por a mulher votar que deixará de ser para a família o que o Sol é para a flor, um astro que tempera com o seu amor», escreve no jornal *La Citoyenne*. Num compromisso? Garantia de um contrato?

No jornal *Droit des Femmes*, em 1869, Angélique Arnaud afiança «Se há um direito incontestável e sagrado é o da criança ao devotamento da sua mãe». E as feministas reformistas inglesas e americanas, quantas laudas ao devotamento feminino à multiplicação e aos cuidados da prole? Entre nós, mesmo Maria Veleda se curva perante «a função mais nobre da Natureza — a maternidade...»¹⁷.

O feminismo não minou, pois, os fervores natalistas aos quais se prende em parte a sexualidade feminina. Reforçaram-nos tremendamente as duas Guerras Mundiais e o eclodir e a expansão do nazismo e do fascismo, que continham a exaltação da função reprodutora da mulher, a mobilização dos ventres, a redução da feminilidade à maternidade e ainda a radical recusa-repulsão da sexualidade da mulher.

... E neofeminismo

E de repente, surge a explosão da segunda vaga do movimento, o neofeminismo, desde meados dos anos 60 até ao começo dos anos 70. Surgindo no momento possível. Num tempo agitado. Inserindo-se no contexto de uma ampla movimentação social e política: o Maio de 68, a New Left, a Counter-culture e a Youth-culture (mas criticando-a por vezes violentamente), o movimento hippie e a revalorização do amor que o anima, os movimentos de libertação dos povos colonizados (com os quais as feministas estabeleceram paralelismos), a luta do Civil Rights Movement nos EUA, a revolta negra de cuja teorização o neofeminismo fixará, particularmente, as noções de discriminação e de invisibilidade. E surge num tempo amadurecido. De infelicidade provada (a igualdade formal que as mulheres haviam alcançado alterara o seu quotidiano?), de frustrações acumuladas («saindo da guerra com a ambição, já durante tanto tempo deferida, de viver as nossas vidas, instalámo-nos e começámos a conceber e a parir como que para provar a nós próprias que estávamos vivas...»¹⁸), mas também um tempo de uma certa consciência de que urgia desmistificar *A Mística da Mulher* — o problema sem nome¹⁹ — o livro de Betty Friedan que, em 1963, «abre» para o neofeminismo — e ainda de que, afinal, talvez o problema tivesse um nome. E esse tempo surge também da ausência do reconhecimento do discurso dominante que fala da mulher e pela mulher — e do qual Kate Millet nos dará em

*Sexual Politics*²⁰ uma das primeiras e mais importantes críticas do neofeminismo — e do reconhecimento de que a especificidade da situação da mulher corresponde a uma vivência colectiva, opressão de sexo. Constitui uma opressão política — «o sexo é um status com implicações políticas» escreve Kate Millet. Esta opressão pode ser ou não consciencializada. «Não é porque uma mulher não se sente oprimida, que ela não o é»²¹, diz Roxanne Dunbar. Mas a consciência da opressão transforma cada mulher em feminista e o feminismo num combate partilhado, na busca da identidade feminina e do espaço social, vivencial para a mulher. Para este despertar, talvez nenhuma obra tenha contribuído tanto como *Le Deuxième Sexe* de Simone de Beauvoir, publicado (o I volume) em França em 1949 e depois atravessando sucessivamente o mundo e as nossas vidas. «Le Deuxième Sexe mudou a vida de muitas de nós»²², lembra Shulamith Firestone.

Porém, se o neofeminismo corresponde ao eclodir de uma complexa maturação, é encarado como algo abrupto, inesperado, pelo poder patriarcal, sexista, que reagirá inicialmente com escândalo, depois com brutalidade e finalmente utilizando inteligentes, sofisticadas — e eficazes — manobras de neutralização. É considerado impudico o discurso desafiante de mulheres que afirmam o direito ao prazer, o direito a controlar a sua vida reprodutiva, a urgência da contracepção e dão o rosto e o nome declarando terem praticado o «crime» do aborto — lembremos, em Abril de 1971, o Manifesto das 3434 mulheres, famosas em França, e outros textos semelhantes em diversos países, incluindo Portugal depois do 25 de Abril, e lembremos também as enormes manifestações pela legalização do aborto, particularmente a «história» de Agosto de 1971 em Nova Iorque.

A reivindicação do direito ao trabalho ganha também um tom cuja veemência assusta: «Não são mulheres normais. Creio que são monstros! De onde lhes veio a ideia insensata de que as mulheres preferem trabalhar do que ficar em casa a dirigir o seu domínio?» interroga-se o jornal *Esquire*, em artigo publicado em Janeiro de 1971 e intitulado *The Feminist Mistake*. Mais alarmante será a afirmação do carácter político de todo o domínio privado (as coisas íntimas, os sentimentos, a relação amorosa, familiar e sexual) e da estreita relação entre o domínio público e privado.

Enlouqueceram as mulheres? Os insultos, os ataques, os sarcasmos, as caricaturas eclodem por toda a parte. As feministas são chamadas de «excitadas, raivosas, ululantes», «guerreiras de um exército em movimento», «sórdidas», «monstros», «taradas sexuais» — «Ela não tem necessidade de utilizar o seu sexo para obter o que quer de um homem; ela pratica Karaté», diz o exemplar da misoginia Norman Mailer... — e «lésbicas»... «são todas lésbicas», acusação que surge como um insulto, acusação universalista que une todas as classes de homens e os homens

¹⁷ VELEDA, Maria, *A Conquista — Discursos e Conferências*, Grupo Português de estudos feministas, Livraria Central Gomes de Carvalho, editor, 1909.

¹⁸ ALDRIDGE, J. *In the Country of the Young*, Harper's Magazine Press, 1990.

¹⁹ FRIEDAN, Betty, *The Feminist Mystique*, Dell, 1970.

²⁰ MILLETT, Kate, *Sexual Politics*, Doubleday, Nova Iorque, 1970.

²¹ DUNBAR, Roxanne, *Caste and Class — No More Fun and Games*, n.º 3.

²² FIRESTONE, Shulamith, *The Dialectic of Sex: The Case for Feminist Revolution*, Morrow, Nova Iorque, 1970.

de todas as classes. Ora se o neofeminismo veio reivindicar o direito à escolha da forma da vivência da sexualidade — «hetero», «bio» ou «homo» —, nem por isso lhe cabe a invenção da homossexualidade e nem sequer surgem como representativos os grupos de lésbicas que, por razões diversas, se conservarão marginais ao movimento e serão mesmo, por vezes, marginalizados.

A realidade é que, face ao neofeminismo, a imprensa e os demais veículos ideológicos manifestam uma perturbação significativa: como é possível que tantos e tão seculares mecanismos de controlo tenham falhado? Que fenómeno novo, inaudito é este?

Começa por não ser fenómeno e não é assim tão novo, nem inaudito. Nas linhas mestras do neofeminismo o que encontramos é a expressão constante de anseios da longa luta das mulheres.

O neofeminismo revela-se, pois, como uma outra etapa de uma mesma trajectória. «O movimento de libertação da mulher não é um movimento novo mas mais o renascimento de uma revolta (...) O facto de as mulheres e os homens ignorarem a história dos movimentos de mulheres não constitui um acidente. É um facto que faz parte da própria opressão...»²³ escreve Marlene Dixon. No entanto, por outro lado, o neofeminismo tem de novo a forma desta revolta, o tom, a intensidade, a profundidade, a impaciência — agressividade mesmo — com que as questões são recolocadas e relacionadas entre si. «Em relação» e não em «hierarquia» — como pretende a estreita crítica masculina que acusa o movimento de subordinar e até reduzir tudo à «prioridade» da revolução sexual! — são analisados os elementos da problemática global da situação e libertação da mulher. Jamais surgiu na teoria feminista a noção absurda de que é possível a libertação sexual separadamente de um processo geral de libertação: «a ideia de que a liberdade sexual é a base de toda a liberdade nasce de neuroses puritanas e é digna quanto muito do *Playboy*»²⁴.

E se Simone de Beauvoir afirma lucidamente que «a libertação da mulher começa no ventre», o que ela enuncia, e será uma linha essencial do pensamento feminista, é o facto de a reprodução «apropriada pelos homens» ter constituído um eixo fundamental da opressão específica da mulher. Engels já o dissera, como aliás Marx, mas este menos explicitamente. Que as feministas o retomem é, pelo menos, irritante — «certas feministas em França como noutros países ligam-se com devoção a estas páginas de Engels»²⁵, acusa Claude Alzon, entre outros... Mas o pior é que estas feministas vão mais longe e analisam na sua relação política a dimensão histórica da sexualidade (que retomam de Marcuse), a relação entre regime autoritário e repressão sexual (que tomam de W. Reich), a complexidade do problema da sexualidade, que implica a mudança das condições materiais e também necessariamente «a libertação dos mitos que mantiveram as mulheres em escravidão e sujeição, no seu próprio

espírito e no dos homens» e que implica ainda o dismantelamento da «repressão mental que sufoca as mulheres e sufoca ao mesmo tempo os homens, que, superficialmente, parecem seus opressores»²⁶.

Independentemente das nuances e das interrogações, o neofeminismo elabora uma das mais humanizantes visões sobre a sexualidade, nomeadamente com a noção de que a relação sexual não pode limitar-se ao gozo genital, mas antes e manifestará pela erotização total do corpo, no corpo redescoberto como território erótico. Noção fundamental no ideal neofeminista da sexualidade, porque a partir dela as feministas colocam a necessidade da redefinição do amor e do erotismo. Quando declaram «devemos destruir o amor» (por definição uma instituição) ou «o amor no contexto de uma relação opressiva homem-mulher torna-se efectivamente a base para justificar a relação dominador-dominada», o que criticam é a relação de poder entre os sexos, a relação na família patriarcal, na sociedade sexista — e classista, para as feministas marxista —, é a desigualdade que exclui qualquer possibilidade de amor verdadeiro. Lembra-se de Adèle Esquiros, no século XIX, dizendo-nos «não se pode amar uma escrava, não se pode amar um senhor»?

Assim, «não é o amor em si mesmo que está em causa mas o seu contexto político — a desigualdade de poderes... a dependência económica da mulher torna impossível uma relação sã de amor entre iguais (...) o amor tal como existe agora é o produto degenerado de um sentimento verdadeiro (...) O amor entre duas pessoas iguais seria um enriquecimento, cada uma enriquecendo-se através e pela outra (...) janela aberta para o mundo»²⁷, escreve S. Firestone.

Quando Anaís Nin diz «O erotismo é uma das bases do conhecimento de si mesmo, tão indispensável como a poesia. Ligar o erotismo à emoção, ao amor, à escolha de um ser único, personalizar: eis o que será o trabalho da mulher», não desvenda esta outra concepção de erotismo a que o neofeminismo veio apelar ainda sem resposta? E donde e como poderá ela vir?

Quer as feministas marxistas, quer as «radicais», quer as variações ideológicas que entre elas medeiam, ao repudiarem a vivência opressiva da sexualidade, do amor, da relação entre os sexos, não se detêm pela negação, por um discurso e uma prática de ruptura, embora estes sejam essenciais num primeiro momento. A revolta feminina denuncia, desmistifica, nega, destrói, mas porque quer afirmar, construir outra coisa. Como diz Simone de Beauvoir em *Pour une morale d'ambiguïté*: «... a revolta enquanto puro movimento negativo permanece abstracta; ela apenas se realiza como liberdade se retoma o positivo, isto é, se se preenche com um conteúdo através de uma acção: evasão, luta política, revolução (...). assim, tal como a vida se confunde com o querer viver, a liberdade aparece sempre como movimento de libertação».

²³ Dixon, Marlene, «The Restless Eagles: Women's Liberation 1969», in *The New Women*, Fawcett Pub, Ed. J. Cooke, Ch. Bunch-Weeks, R. Morgan, 1970.

²⁴ Artigo publicado no jornal californiano *Il ain't me babe* (28 de Agosto 1970).

²⁵ ALZON, Claude, *Femme Mythifiée, Femme Mystifiée*, Paris, PUF, 1978.